

14/Dezembro/2015

INDICADORES ECONÔMICOS – AGENDA DO DIA

➤ Brasil:

- O Banco Central do Brasil divulga o **Relatório Focus** com projeções econômicas (Vide notícia abaixo).

➤ Mundo:

- **Japão:** Sai a Utilização da capacidade instalada (Mensal e Anual) e a Produção industrial (Mensal) e o Índice de atividade da indústria terciária (Mensal);
- **Itália:** Sai o Índice de preços ao consumidor (IPC) (Mensal e Anual);
- **Índia:** Sai o Índice de preços ao consumidor (IPC) (Mensal e Anual);
- **Europa:** Sai a Produção industrial (Mensal e Anual);
- **Austrália:** Atas da Reunião de Política Monetária;
- **Nova Zelândia:** Atas da Reunião de Política Monetária e o Balanço orçamentário.

NOTÍCIAS RELEVANTES PARA O SETOR DE ENERGIA

✓ PLD cai no Sudeste e no Sul

Fonte: CCEE



A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informa que o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) para o período de 12 a 18 de dezembro foi fixado em R\$ 110,10/MWh no Sudeste/Centro-Oeste, uma redução de 18% em relação aos valores da última semana. No Sul, o preço caiu 27% e ficou abaixo dos cem reais (R\$ 98,39/MWh). O PLD no Nordeste foi fixado em R\$ 309,97/MWh, o que significa uma redução de 4%. Apenas no submercado Norte houve aumento (+10%) do preço, passando de R\$ 159,61/MWh para R\$ 175,70/MWh. As afluências previstas para o SIN em dezembro foram revistas para de 111% para 118% da Média de Longo Termo (MLT) com acréscimo de 4.400 MWmédios de energia ao Sistema e destaque para a região Sul com afluências esperadas em 250% da média histórica. As ENAs previstas para o Sudeste também subiram (123% para 126% da MLT), assim como as do Nordeste (38% para 41% da MLT) enquanto o submercado Norte (47% para 34%) foi o único com decréscimo na revisão. Os limites de recebimento de energia do Nordeste e do Norte foram atingidos, assim como os de envio de energia pelo Sul, resultando na diferença entre os preços desses submercados e os demais. Houve aumento de 270 MWmédios nos níveis de armazenamento esperados para os reservatórios do SIN. Os níveis do Sudeste permaneceram estáveis e foram elevados no Sul (+400 MWmédios). A reduções foram de 50 MWmédios no Nordeste e 80 MWmédios no Norte. A carga de energia prevista para a próxima semana não sofreu alteração. O fator de ajuste do MRE esperado para dezembro é de 92,3% com ESS estimado para o período de R\$ 858 milhões, sendo R\$ 774 milhões referentes à segurança energética.

✓ **Distribuidoras ficarão com saldo positivo das bandeiras tarifárias**

Fonte: Aneel



O saldo positivo da receita das bandeiras ficará com as próprias distribuidoras, a fim de que elas possam cobrir custos futuros. Antes, o recurso ficava aportado na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). O objetivo é mitigar déficits de caixa das distribuidoras e, em contrapartida, ressarcir os consumidores no processo tarifário subsequente, com atualização pela taxa SELIC. A medida, aprovada durante Reunião Pública da Diretoria, aprimora o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET). No caso da CCRBT Deficitária (custos maiores que os previstos), a diferença é repassada às tarifas dos consumidores nos processos tarifários, ou seja, há um incremento nas tarifas para cobrir esse déficit. Durante a Reunião, a Diretoria também determinou que o saldo superavitário da CCRBT de R\$ 520 milhões, referente a agosto e setembro de 2015, seja alocado nas distribuidoras superavitárias. O assunto ficou em audiência pública no período de 11/11 a 23/11 e recebeu 160 contribuições de 140 agentes do setor, sindicatos e consumidores. A Conta Bandeiras foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 em 05/02/2015, com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL.

✓ **Goiás concede isenção de ICMS a microgeração**

Fonte: ANEEL



O estado de Goiás será o 3º estado do país a conceder isenção de ICMS no fornecimento de energia elétrica através de microgeração. A medida beneficiará diretamente a energia solar que terá um sistema de “troca” que possibilitará que o morador/ produtor injete a energia que sobra na rede de distribuição e depois a utilize em proporção semelhante. A isenção aconteceu após a adesão do Estado ao convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Além de Goiás, apenas Pernambuco e São Paulo defenderam a isenção no Confaz. O benefício aplica-se somente à compensação de energia elétrica produzida por microgeração e minigeração, segundo critérios fixados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

✓ **Empresas brasileiras criam coletor a base de energia solar**

Fonte: Agência Ambiente Energia



As empresas Sunlution e a E2Solar apresentaram recentemente uma novidade que promete tomar conta do mercado: um coletor solar híbrido com a capacidade de gerar água quente e energia. O produto funciona a base de uma tecnologia de placas solares de filmes finos, de silício amorfo ou de CIGS (Cooper Indium Gallium Selenide). As placas, com dimensão de 1,60 m² e 140 Wp, revestem os coletores solares para garantir, além da captação dos raios solares para aquecimento de água, a energia para suprir a residência ou instalação a ser atendida. Colado sobre a superfície do coletor com adesivos dupla face, o filme fino é como um papel leve, com 3 kg por m², contra 15 a 17 kg/m² das placas convencionais de silício. As placas de filme fino aceitam radiação difusa, o que faz gerarem energia em média das 7 horas até às 17 horas. Graças a característica flexível das placas, a Sunlution tem usado o produto para desenvolver outras novidades com a base de energia solar como mochilas que podem carregar baterias de celulares, carrinhos de sorvetes e bebidas com geração própria para refrigeração, guarda-sol solar com entradas USB, entre outros. As duas empresas prometem comercializar o coletor, que já conta com etiqueta Inmetro nível A, a partir de 2016. A previsão é a de que a parceria gere R\$ 10 milhões de negócios, que podem ser em vendas para residências ou mesmo para instalações maiores em indústria.

✓ **RGE investe em eficiência energética**



Fonte: Procel Info/RGE

A Rio Grande Energia (RGE) investiu R\$ 304 mil para reduzir a tarifa de energia de consumidores de Passo Fundo. A distribuidora do Grupo CPFL Energia, concluiu mais uma etapa da substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactadas por lâmpadas com tecnologia de LED. A estratégia faz parte do “Programa de Eficiência Energética” da Empresa e beneficiou 1.830 famílias cadastradas com a tarifa social de energia elétrica em Passo Fundo. A ação ainda prevê a correta destinação das lâmpadas menos eficientes retiradas destes consumidores, de forma a minimizar os impactos ao meio ambiente. Pelo projeto proposto pela RGE, cada residência contemplada recebeu 4 unidades de lâmpadas LED. Para o recebimento, foram selecionados os clientes enquadrados na categoria de “Tarifa Social”. Além de Passo Fundo, onde o projeto alcançou mais de 1,8 mil residências foram beneficiadas comunidades carentes em Santo Ângelo, Santa Rosa e Cruz Alta, totalizando 6 mil residências beneficiadas com a entrega de 24 mil lâmpadas LED.

✓ **Aprovação da versão final da regra de repactuação do risco hidrológico**

Fonte: ANEEL



A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a versão final do regulamento que define as condições de repactuação do risco de geração das usinas hidrelétricas, para incorporar as alterações da Lei 13.203. A lei foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, mas a demora na publicação do texto alterou o calendário para a adesão dos geradores, que ocorreria até o dia de hoje. A norma não traz mudanças em relação às regras para o mercado regulado, onde os geradores com contratos com distribuidoras poderão optar entre 3 classes de produtos, com percentuais de transferência de risco para o consumidor de 0% a 11%. Mas altera as condições no ambiente de livre comercialização, onde a repactuação se dará pela transferência de *hedge* (proteção), com a contratação pelo gerador entre 5% e 11% de sua garantia física em energia de reserva. Antes, essa faixa variava entre 1% e 11%, mas a lei estabeleceu o índice mínimo de 5% para a transferência de risco no ACL. A possibilidade de repactuação do risco hidrológico das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia foi instituída pela Medida Provisória 688. A norma convertida em lei pelo Congresso Nacional estabeleceu a possibilidade de transferência voluntária do risco dos geradores com contratos de comercialização de energia nos ambientes regulado e livre para o consumidor. Para isso, eles terão de abrir mão de qualquer ação judicial. Essa transferência pode ser total ou parcial e será feita por meio do pagamento de um prêmio de risco nos contratos regulados, que será repassado mensalmente para a conta das bandeiras tarifárias. No mercado livre, a contrapartida será a contratação de capacidade adicional de geração para a formação de *hedge* (proteção), com a alocação dessa energia na Conta de Energia de Reserva. Para os empreendimentos com contratos de venda de energia no ambiente regulado, a Aneel ofereceu um leque de opções para a transferência total ou parcial do risco ao consumidor, com 25 diferentes prêmios. Os prêmios a serem pagos como contrapartida também variam em cada classe de produto oferecido: de R\$ 4,13/MWh a R\$ 12,76/MWh no produto P; de R\$ 0,68/MWh a R\$ 9,31/MWh no SP e de 10%, ou R\$ 9,50/MWh, no SPR.

✓ **Preços do petróleo caem em Nova York e Londres**

Fonte: Setorial Energy news



Os preços do petróleo têm uma manhã de recuo em Nova York e Londres nesta segunda-feira (14). Em Nova York, o barril abriu cotado a US\$ 34,98, registrando uma queda da ordem de 1,80% em relação ao fechamento da última sexta-feira (11). Em Londres, o barril abriu cotado a US\$ 36,99 hoje, também registrando um recuo de 2,48%, igualmente em relação ao fechamento de sexta-feira.

✓ Financiamento para Energia Solar

Fonte: Sicredi



A financeira Sicredi anunciou a nova solução para atender os associados: o Financiamento para Energia Solar. Trata-se de uma linha de crédito específica para a compra de equipamentos para geração de energia elétrica por meio da energia solar. Até 2024, a geração de energia elétrica a partir dos raios do sol passará dos atuais 0,02% para 4% da potência elétrica do País, alcançando 7.000 MW, sem contar com a geração distribuída. O dado consta no Plano Decenal de Energia Elétrica 2024 (PDE 2024) do Ministério de Minas e Energia. Com esse novo produto, o Sicredi passa a ter um portfólio mais completo para atender as necessidades dos associados e contribuir para o meio ambiente. O Sicredi Financiamento para Energia Solar se soma a outra iniciativa do Sicredi. Em julho deste ano, a instituição financeira cooperativa lançou o Sicredi Consórcio Sustentável para aquisição de painéis solares, geradores eólicos e equipamentos de tratamento de água e esgoto. Para contratar a solução de crédito, o associado deve apresentar o orçamento do empreendimento na sua unidade de atendimento. A unidade de atendimento vai avaliar, dentro da proposta de crédito responsável do Sicredi, a viabilidade do financiamento. E o crédito será concedido diretamente na conta-corrente da empresa que irá executar o projeto.

✓ Acordo de Paris obriga 'transição energética'

Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo



Após a 21.ª Conferência do Clima da ONU, o presidente francês, François Hollande se referiu ao resultado da cúpula, que estabeleceu o primeiro marco legal para que todo o mundo tome ações de combate às mudanças climáticas, a fim de conter o aquecimento do planeta a 1,5°C até o final do século. Mais do que trazer uma regra clara de como isso será atingido, o Acordo de Paris tem o mérito de sinalizar para o mercado que é hora de se mover na direção contrária à da queima dos combustíveis fósseis. Nos últimos dias da conferência, algumas ONGs ambientalistas publicaram um gráfico curioso nas redes sociais. Ao mesmo tempo em que as negociações avançavam, as ações da Shell despencavam, segundo mostrou análise de Chris Barrett, da *European Climate Foundation*. A julgar pela mobilização de líderes empresariais e suas corporações, a frase do presidente francês tem grandes chances de entrar de fato para a História. Isso porque a COP-21 de Paris marca um divisor de águas: a transição energética e o desenvolvimento sustentável, ao que parece, serão mesmo imperativos do século 21. A Agenda de Ação Lima-Paris, um exemplo, foi definida pela própria organizadora da conferência como "a maior força em redução de emissões". Só ali foram anunciados investimentos de centenas de bilhões de dólares para a transição de uma economia de baixo carbono. E cerca de 700 das maiores companhias do mundo se comprometeram com ações pelo clima – o valor de mercado delas equivale ao PIB combinado de China, Alemanha e Japão. Dezenas de executivos de multinacionais defenderam um quadro legal para encorajar a fixação do preço do carbono – caso de Gérard Mestrallet, diretor-presidente da companhia energética francesa Engie (ex-GDF Suez), hoje a maior empresa de eletricidade do mundo.

✓ Governo acena com desligamento de térmicas acima de R\$ 400/MWh

Fonte: Canal Energia



O governo trabalha com a meta de chegar ao final de 2016 com todas as térmicas de CVU acima de R\$ 400/MWh desligadas. Essa ideia foi revelada pelo ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga. Essa medida deverá ser adotada ao longo de 2016 conforme as condições de hidrologia melhorarem, principalmente no Norte do país, e com a entrada em operação de capacidades novas de geração de usinas localizadas naquela região. Braga relacionou os fatores que podem levar a esses desligamentos que incluem uma gama de

usinas com potência instalada na casa de 2 GW. Entre eles está a confirmação dos níveis de aflúncias no Sudeste e no Sul. Outro ponto que ainda inspira preocupação no ministério é a situação no Norte do país onde a hidrologia está em menos da metade do verificado nesse mesmo período do ano passado. No Nordeste a geração de energia por fontes renováveis, principalmente a eólica, traz um pouco mais de tranquilidade já que o impacto das UHEs dessa região no SIN é menor do que as do Norte que inclui Santo Antônio, Jirau, Belo Monte, Teles Pires e Tucuruí. Outro destaque dado pelo ministro foi a realização do A-1 que contratou energia existente e a preço abaixo do CVU médio do país. Em sua avaliação o certame foi bem sucedido e ajudará a manter a contratação das distribuidoras. Simultaneamente a entrada das máquinas de Teles Pires deverão ocorrer em até 60 dias assim que um problema da geradora com o Ministério Público estiver equacionado. Outra fator é a iminente entrada em operação das máquinas do sítio Pimental da UHE Belo Monte (PA, 11.233 MW).

NOTÍCIAS SOBRE ECONOMIA GERAL

✓ Mercado revisa previsões econômicas no Brasil para 2016

Fonte: BC

Com exceção da taxa de câmbio, o mercado revisou a maioria das suas expectativas para 2016, conforme apontado pelo Relatório Focus, com estimativas coletadas até o dia 11 de dezembro, divulgado pelo Banco Central. A mediana das expectativas para o IPCA em 2015 passou de 10,44% para 10,61%, e para 2016, subiu de 6,70% para 6,80%. As estimativas para o PIB em 2015 passaram de -3,50% para -3,62% e, para 2016, passaram de -2,31% para -2,67%. A mediana das projeções para a taxa Selic subiu de 14,25% para 14,63% no final de 2016. Por fim, as estimativas para a taxa de câmbio recuaram de R\$/US\$ 3,95 para R\$/US\$ 3,90 no final de 2015 e permaneceram em R\$/US\$ 4,20 no final de 2016.

✓ IDH no Brasil apresenta melhora, mas não no *ranking* mundial

Fonte: America Economia

O Brasil registrou melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2014. Os dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mostram que o IDH passou de 0,752 em 2013 para 0,755 em 2014. Apesar do aumento, o Brasil caiu uma posição no *ranking* mundial de desenvolvimento humano e passa a ocupar o 75º lugar entre 188 países. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2015, o país perdeu uma posição porque foi ultrapassado pelo Sri Lanka, que teve crescimento acelerado no último ano. O IDH mede o desenvolvimento humano por meio de 3 componentes: a expectativa de vida, educação e renda. Apesar de o Brasil ter crescido no IDH, outro país cresceu em ritmo um pouco mais acelerado que o nosso. A isso se deve nossa queda". Com a 75ª posição, o Brasil fica atrás de países latinoamericanos como a Argentina (40º), o Chile (42º), Uruguai (52º), Cuba (67º) e a Venezuela (71º). O 1º lugar no *ranking* mundial é da Noruega, seguido pela Austrália e a Suíça. Em último está o Níger. O relatório mostra que, no Brasil, indicadores que representam melhorias sociais tiveram avanço, como a esperança de vida ao nascer, que aumentou de 74.2 em 2013 para 74.5 em 2014, e a média de anos de estudo que passou de 7,4 para 7,7 nesse período. Houve queda na Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* de 2014 (15.288), quando comparada a 2013 (15.175). Em relação à posição no *ranking* mundial, de 2009 a 2014 o país avançou 3 posições. As políticas públicas brasileiras têm responsabilidade direta sobre esses avanços. O relatório do Pnud, intitulado O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano, traz também dados de 188 países e sugere estratégias para criar oportunidades e assegurar o bem-estar dos trabalhadores.

✓ Orçamento do Bolsa Família em 2016 terá menos R\$ 10 bilhões

Fonte: Agência Brasil

O relator-geral do Orçamento de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), confirmou que está mantendo no parecer final um corte de R\$ 10 bilhões no Bolsa Família, ou seja, corte de 35% no programa. medidas são necessárias para cumprir a meta do governo de superávit (receitas menos despesas) de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2016. O parecer final do deputado Ricardo Barros deverá ser apresentado à Comissão Mista de

Orçamento (CMO) segunda (14) ou terça-feira (15). Segundo ele, os poucos ajustes deverão ser concluídos neste fim de semana ou na segunda-feira, de modo que o relatório possa ser discutido e votado pela comissão e, em seguida, pelo plenário do Congresso. O relator informou que a ideia é começar a discutir o parecer na CMO já na terça-feira, caso não haja impedimento pela falta da votação do Plano Plurianual (PPA). Barros acrescentou que o PPA deverá ser votado na sessão do Congresso terça-feira à noite. Na proposta a ser apresentada à CMO, Ricardo Barros incluiu recursos de R\$ 10 bilhões decorrentes da arrecadação com o retorno da CPMF. No entanto, a proposta que recria a contribuição sequer teve sua admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e de Justiça da Câmara. Para o relator, os cortes propostos são necessários para manter a previsão de uma meta de superávit de R\$ 34,4 bilhões, 0,7% do PIB. O relator afirmou que não tem nada contra o programa, "que já tirou muitos brasileiros da miséria, mas que há deficiências na gestão". Conforme o deputado, não haverá prejuízo a nenhuma pessoa enquadrada na lei. Com base nos parâmetros macroeconômicos enviados em novembro pelo governo em novembro, o parecer prevê para 2016 um PIB negativo de -1,9%, inflação medida pelo IPCA de 6,47%, dólar em R\$ 4,09 e taxa Selic de 13,99. Como alternativas, o governo defende reduzir ou zerar a meta e incluir a previsão de recursos investidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

NOTÍCIAS SOBRE A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

✓ 36 fábricas abriram em São Paulo em 2015

Fonte: Usinagem Brasil

De janeiro a novembro, 36 projetos de investimentos foram realizados no Estado de São Paulo com apoio da agência do governo estadual Investe SP. No total, esses projetos somam R\$ 9,082 bilhões em investimentos e a geração de 9.138 empregos. A região administrativa de Campinas recebeu a maioria dos novos investimentos: 21 projetos (58%), que correspondem a R\$ 4,058 bilhões e 2.818 empregos. Há ainda os que estão "em carteira" (no início do ano a agência divulgou que existiam 81 projetos de investimento em estudo), mas que não podem ser divulgados. Em 7 anos de operações, a Investe SP já atendeu 133 empresas, que resultaram em R\$ 34,5 bilhões de investimento e na geração de mais de 60 mil empregos. Esses resultados levaram o governo estadual a ampliar a área de atuação da agência com a recente criação do SP Export, programa de incentivo à internacionalização de produtos e serviços paulistas. As 24 premiadas de 2015 são: AKG do Brasil, Atento, BYD do Brasil, DAS Brasil, Dow, Exco Soluções em Ferramental, Goodyear Brasil, IBM Brasil, LiuGong Latin America, Mars Brasil (3 unidades), Medtronic, Mexichem, Nacco Materials Handling Group, Natura Cosméticos, P&G, Python Engenharia, SKF, Termomecanica, Unilever do Brasil, Weidmann, Woodbridge Brasil e ZinkPower.

MAIORES ALTAS E MAIORES BAIXAS NA BOVESPA*

Maiores altas da Bolsa ↑			
11/12/2015			
Desempenho da bolsa			
FIBRIA ON NM	2,48	R\$ 50,50	↑
VALE PNA N1	1,88	R\$ 9,77	↑
BRADSPAR PN N1	1,61	R\$ 5,06	↑
VALE ON N1	0,90	R\$ 12,32	↑
EMBRAER ON NM	0,82	R\$ 29,64	↑

Maiores baixas da Bolsa ↓			
11/12/2015			
Desempenho da bolsa			
GERDAU MET PN N1	-4,83	R\$ 1,38	↓
GOL PN N2	-3,60	R\$ 3,21	↓
USIMINAS PNA N1	-3,33	R\$ 1,74	↓
TELEF BRASIL PN	-2,22	R\$ 36,18	↓
CYRELA REALT ON NM	-2,15	R\$ 7,73	↓

* Referente ao fechamento do dia anterior.

**Empresas do setor elétrico.

Fonte: BMF & Bovespa/Elaboração própria.

TAXAS DE CÂMBIO*

Câmbio				
Vigência 14/12/2015				
			Compra	Venda
	Dólar (Ptax*)	↑	3,9017	3,9023
	Euro (Ptax*)	↑	4,2899	4,2910

*Ptax é a média das taxas de câmbio informadas pelos *dealers* durante 4 janelas do dia.

Fonte: BACEN/Elaboração própria.

ATIVIDADE ECONÔMICA, INFLAÇÃO E PRODUÇÃO

Atividade econômica, Inflação e Produção										
	Out.15	Set.15	Ago.15	Julho.15	Junho.15	Mai.15	Abr.15	Mar.15	Fev.15	Jan.15
IBC-Br (%)	...	-0,50	0,03	-0,84	...	0,36	-0,11
Produção industrial Total (%)	...	-1,30	-1,20	-1,50	...	0,60	-1,20	-0,80	-0,90	0,30
IPCA	0,82	0,54	0,22	0,62	0,79	0,74	0,71	1,32	1,22	1,24
INPC	0,77	0,51	0,25	0,58	0,77	0,99	0,71	1,51	1,16	1,48
IGP-DI	1,76	1,42	0,40	0,58	0,68	0,40	0,92	1,21	0,53	0,67
	2015 (*)									
PIB (%)	-1,20									
PIB Agropecuária	1,60									
PIB Indústria	-2,90									
PIB Serviços	-0,50									

(*)Dados do IBGE segundo a nova metodologia de cálculo. 2º semestre de 2015, acum. nos últimos 12 meses.

Fonte: CNI/Bacen/IBGE/FGV

ÁREAS DE ATUAÇÃO DAIMON:

Regulação:

A Daimon atua fortemente na Regulação do setor energético brasileiro.

Através de Consultorias, Estudos e Pesquisa & Desenvolvimento, nossa equipe está totalmente capacitada e preparada para atender as demandas mais complexas deste mercado.

Software:

Desenvolvemos sistemas computacionais altamente especializados para o setor elétrico.

Nossas ferramentas são utilizadas pelas maiores empresas de distribuição do país nos segmentos de operação, proteção, perdas, tarifas, mercado, confiabilidade e muito mais.

Engenharia:

A Daimon tem destacada participação no programa de Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

A Empresa conta em seu corpo técnico com vários pesquisadores oriundos de conceituadas universidades brasileiras, em particular, da Escola Politécnica da USP, onde boa parte desenvolve ou já desenvolveu trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado com significativas contribuições teóricas.

Novos Negócios:

Eficiência e Gestão Energética, *smart grids*, são exemplos de projetos desenvolvidos pela equipe de novos negócios Daimon.

Atenta as novas demandas e em busca de melhorias contínuas a Daimon desenvolve novos negócios em linha com as necessidades do setor energético nacional.

DAIMON, ESPECIALISTAS EM ENERGIA.

Av Paulista, 1.776 – Cj 22 – B – Bela Vista

CEP:01310-200 – São Paulo – Brasil

faleconosco@daimon.com.br

+55 11 3266-2929 / 3171-1728

www.daimon.com.br



A reprodução, inteira ou em parte, em qualquer forma ou meios, sem a expressa autorização por escrito da **Daimon Engenharia e Sistemas** não é permitida. Esta *newsletter* contém informações que são designadas somente aos seus destinatários. Conseqüentemente qualquer publicação, duplicação, distribuição ou qualquer ação tomada neste sentido é proibida e ilegal.